



XXV Semana Paranaense de Turismo da UFPR

SEPATUR 2018 - Edição Comemorativa

Curitiba, 22 à 26 de Outubro



## TURISMO E O PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE DAS RUÍNAS DE SÃO FRANCISCO EM CURITIBA

### CULTURAL PATRIMONY AND TOURISM: AN ANALYSIS OF THE SÃO FRANCISCO'S RUINS IN CURITIBA

Jaqueline Alves Ferreira (FERREIRA, J. A.)<sup>1</sup>

Natalia Cristina da Silva (SILVA, N. C.)<sup>2</sup>

**RESUMO** - O presente artigo visa compreender e interpretar as Ruínas de São Francisco como Patrimônio Cultural do Município de Curitiba, para entender assim a importância da sua preservação como um patrimônio que gere pertencimento. O artigo foi elaborado através de pesquisa bibliográfica, documental, observação e entrevistas, concluindo-se que a situação precária atual ocorre pela ausência de conhecimento da população sobre o verdadeiro significado do local.

Palavras-chave: Ruínas; São Francisco; Interpretação; Patrimônio Cultural.

**ABSTRACT** - This article intends to comprehend and expound the São Francisco's Ruins as a Cultural Patrimony of Curitiba, to understand the importance of its preservation as a belonging patrimony. The article was elaborate using bibliography and documental resource, as observation and interviews, concluding that the precarious situation its cause by the lack of knowledge from the population throw the real meaning of the place.

Key words: Ruins; São Francisco; Interpretation; Cultural Patrimony.

---

<sup>1</sup> Advogada, graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: [jaque-alvesferreira@hotmail.com](mailto:jaque-alvesferreira@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: [natasenpai00@gmail.com](mailto:natasenpai00@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio pode ser classificado em duas vertentes: natural e cultural. O Patrimônio Natural seriam as riquezas do solo e subsolo e o Cultural tem seu conceito sempre atualizado em razão da revisão do conceito de cultura, ou seja, o significado de Patrimônio Cultural é muito amplo, incluindo o sentir, pensar e agir humano. No caso específico das Ruínas de São Francisco analisa-se um sítio histórico, com resquícios em pedra de uma construção iniciada e nunca finalizada. Os sítios de valor histórico são:

Espaços geográficos que abrigam bens móveis e imóveis com valor de referência cultural marcados pelo componente cronológico delimitado pelo período pós-colonização (do território brasileiro pelos portugueses) (SOARES, 2009).

Neles estão presentes duas características essenciais dos bens culturais: antiguidade e materialidade sendo que esses monumentos não foram formados com o intento específico de atender uma “função memorial”, a qual ocorrerá somente após certo lapso temporal (SOARES, 2009) e, por isso, a importância de um sítio histórico é a referência e não apenas a monumentalidade.

O patrimônio de pedra e cal sempre esteve vinculado às elites (BRUSADIN, 2015), enquanto o patrimônio imaterial se associa às classes populares. Apesar disso, as definições de patrimônio remetem a um fator comum, o de patrimônio simbólico, representado pela ligação entre a materialidade e imaterialidade dos objetos que marcam determinado tempo e sua gente. O Patrimônio Cultural contribui para o crescimento do interesse por um turismo cultural, o mais significativo dos segmentos (DIAS, 2009).

Relacionando o Patrimônio com o Turismo, é possível afirmar que os turistas gostam de ter contato com seu passado e tradição (BRUSADIN, 2015), na maioria das vezes, representados por monumentos conservados de uma época distante. Essa valorização cultural atribuída aos objetos/monumentos do passado é decorrente da importância a eles atribuídos pela memória da coletividade/população.

O patrimônio é o reflexo da sociedade que o produz, portanto é necessária uma maior conscientização da população para a preservação das Ruínas de São Francisco, Patrimônio Cultural importante para a memória de Curitiba, pois o espaço é interdependente à memória do grupo então essa memória não pode morrer. O turismo em locais históricos reinventa práticas diferentes das antigas que existiam quando a construção foi iniciada, assim como a relevância do contexto histórico em comparação ao atual também se modifica.

Neste trabalho estudaremos as Ruínas de São Francisco e sua importância contextual como Patrimônio Cultural de Curitiba. O objetivo é demonstrar a importância vital da preservação das Ruínas pela sua relevância histórica e cultural para o município de Curitiba. Localizam-se na Praça João Cândido, no Centro Histórico/Largo da Ordem de Curitiba e, que são os resquícios da construção de uma igreja em homenagem a São Francisco de Paula, iniciada pelos Portugueses.

Posteriormente foi edificado ali um anfiteatro ao ar livre com arquibancada e as Arcadas das Ruínas de São Francisco, atualmente usado para apresentações artísticas e culturais. Esse patrimônio é tombado pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Humano e Artístico Nacional) e necessita ser conservado para manter seu significado vivo (BAPTISTA, 2004).

A construção da igreja iniciou-se em 1798 através de Manoel Gonçalves Guimarães e o bispo Dom Mateus de Abreu Pereira, o qual se preocupava com o estado de conservação das igrejas em Curitiba. Em 1809 foi construída uma capela que posteriormente seria transformada em uma igreja completa, porém os vigários responsáveis pelo cuidado da capela não levaram a obra adiante.

Ademais, empecilhos como a destinação das pedras para a finalização serem utilizadas na construção de outros locais acabou por inviabilizar o término da construção, restando o que hoje se encontra no Largo da Ordem. Depois de 60 anos da construção e abandono do projeto, a Praça João Cândido foi tombada, além de ter sido construído um anfiteatro e arquibancadas.

## **2 METODOLOGIA**

O trabalho será elaborado através de pesquisa bibliográfica nos livros elencados nas referências; documental através dos documentos fornecidos pelo gestor e consultados pessoalmente no dia da entrevista; observação com a análise pessoal da situação atual das Ruínas e entrevistas com o gestor e a população local.

A entrevista com o gestor, Aymoré Índio do Brasil, Coordenador de Patrimônio Cultural da Secretaria do Estado e da Cultura do Paraná, foi conduzida indagando-se o nome e órgão para o qual trabalha, assim como sua instância. Procurou-se saber sobre o perfil dos frequentadores. Perguntou-se se há algum projeto relacionado à preservação do patrimônio sendo desenvolvido atualmente (ou em fase de planejamento), como é feita a gestão e

monitoramento do local, se existe comunicação entre os órgãos gestores e as secretarias a eles vinculadas para o desenvolvimento de ações inerentes ao patrimônio.

A comunidade local, residentes, feirantes e turistas foram consultados e os entrevistados selecionados através das atividades que elas desenvolvem na região, sendo todos feirantes locais que possuem barracas próximas às Ruínas por mais tempo e que poderiam contribuir com a pesquisa. As perguntas ajudaram a entender a imagem que possuem atualmente da localidade, comparando-a com antigamente, se possível. Foram indagados sobre tópicos como a relação com o local e desde quando; se acha que o local é bem divulgado à população local e aos turistas; se o local em geral está bem preservado; se possui alguma lembrança de algum acontecimento importante e marcante que ocorreu ali. Ao final os entrevistados deram sugestões de melhorias.

### 3 DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL

O conceito de patrimônio cultural evoluiu na medida em que as mais diversas características dos povos foram se modificando, assim como seus contextos políticos e sociais, traçando pelo tempo alguns conceitos que foram utilizados como base para o conceito atual.

A palavra patrimônio tem origem latina – *patrimonium* – e está ligada com as heranças e costumes relacionados ao passado. Esse conceito foi se desenvolvendo em cada época em que era utilizado, até o conceito que temos hoje. No período a Idade Média estava relacionada aos vestígios de uma civilização considerada superior, onde havia uma valorização da estética e sua herança cultural era utilizada para fins pedagógicos, ou seja, para a educação do povo. Entre o Renascimento e séculos XVI – XVIII, além de se admirar a beleza estética se associa às obras de arte como objetos de estudo sobre o passado. O conceito mais próximo ao que temos hoje se vê em construção entre os séculos XIX e início do século XX, onde já é tratado o patrimônio como representante da identidade sociocultural de determinada nação, e por esse motivo deve ser conservada e preservada. Atualmente o patrimônio é considerado como a riqueza coletiva de importância crucial, que deve ser preservada e explorada de forma adequada. Está também ligado com a construção de uma identidade da população em que está inserida, sendo essa uma das características mais relevantes do patrimônio (DIAS, 2009).

Os bens culturais que formam o patrimônio podem ser divididos entre patrimônio material e patrimônio imaterial. O primeiro grupo são objetos tangíveis onde se englobam construções antigas, museus, cidades históricas, jardins, edifícios militares e religiosos, esculturas, monumentos, documentos, instrumentos musicais, enfim, artefatos construídos pelo homem e que demonstram a sua adaptação à natureza. Já o segundo grupo é formado por conhecimentos intangíveis que tratam das tradições de um povo, sua língua, música, dança, teatro, costumes, festas, crenças, o conhecimento, a herança histórica e afins.

Não foi sempre que o patrimônio foi visto como bem comum de uma sociedade; antigamente o termo estava associado aos bens materiais que determinada pessoa detinha, de modo pessoal e individual. Foi a partir da Revolução Francesa que o seu significado foi incorporado também como propriedade para os cidadãos. Abreu (2009) discute essa mudança de visão como sendo:

A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição (ABREU, 2009).

### 3.2 A RELAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL

Da mesma forma em que se associa o surgimento do conceito de patrimônio utilizado hoje ao período da Revolução Francesa, a sua ligação com o turismo também tem origem próxima.

No século XVIII, período de ascensão da arte e dos estudos filosóficos na Europa, começou-se uma onda de viagens de cunho educativo, e mais para frente, de lazer, que inspirados na parte histórica europeia, visavam visitar e conhecer os mais diversos ambientes e monumentos antigos. Essas viagens são conhecidas como Grand Tour, e foram precursoras da relação do turismo com o patrimônio cultural, visto que o Grand Tourist buscava, principalmente, artefatos, esculturas e monumentos, além de documentos e histórias deixadas pelas antigas civilizações (DIAS, 2009; SALGUEIRO, 2002; CAMARGO, 2005).

A procura pelo patrimônio local se dá pela busca de um bem concreto que represente a comunidade nacional, onde a sua história contribui para a criação e o fortalecimento da sua identidade como nação.

Essa identidade deve ser construída pelo povo e apresentar – ou representar – um sentimento de pertencimento local, e por essas e outras questões deve ser construída em comunidade. A cultura é um bem do povo que é mutável e adaptável ao tempo e as mais

diversas situações sociais, econômicas e política e por isso não pode ser tratada como bem estático. O turismo cultural oportuniza a adaptação da cultura sem a perda de seus traços fundamentais e do seu vínculo com o povo, oferecendo uma forma de constante manutenção de seu significado.

O debate entre turismo e patrimônio cultural acaba abordando a autenticidade da prática com a sua realidade vivida nos locais. Até que ponto a presença do turista e a sua participação na cultura local é vista como benéfica para a comunidade? Como a preservação do patrimônio cultural é possível com os números de visitantes diários? A encenação de atividades como atração turística é uma realidade presente nos maiores destinos turísticos mundiais, e hoje procura-se resgatar o senso de pertencimento das comunidades para com a sua própria cultura, seja na criação de novos movimentos ou na adaptação dos já existentes.

### 3.3 INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Interpretar significa dotar algo de significado, esclarecer um fato através de explicação, e a interpretação do patrimônio está ligada com a aprendizagem, a construção de conhecimentos sobre determinada coisa.

Dentro da prática turística a interpretação se vê presente e atrelada tanto ao conceito de preservação quanto ao de experiência. A Carta Internacional sobre Turismo Cultural, em uma de suas modificações, entende a interpretação patrimonial como:

[...] garantida da otimização da compreensão do visitante sobre o sítio visitado, tornando-o capaz de adequadamente desfrutar de sua visita e contribuir para a preservação do local (COSTA, 2009).

Quando falamos sobre interpretar para preservar estamos utilizando um dos atores da prática – o turista – e estamos orientando-o a desfrutar do patrimônio de forma consciente. Esse viés educativo deve ser aplicado de forma a ser compreendido por todos, deve ser acessível e inteligível. Essa orientação pode ser feita de várias maneiras, como em forma de placas de sinalização de sanitários, lixeiras e restaurantes, e placas sobre a importância daquele bem. O fato é que quando provocado no turista o senso de preservação tira-se a responsabilidade apenas do mantenedor do lugar e o divide com o agente que mais desfruta do ambiente.

Já a interpretação como experiência liga o turista com o patrimônio visitado, estimulando a ligação com o bem em si, com a sua história e a sua cultura. Conhecer o que

está sendo analisado, a sua ligação com o local em que se encontra, com a época em que foi produzido e com a comunidade ao seu redor são alguns dos princípios da interpretação de acordo com Tilden (1977).

### 3.4 AS RUÍNAS DE SÃO FRANCISCO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Localizada no Alto do São Francisco, no centro de Curitiba, erguem-se quatro paredes de pedra que se transformariam na Igreja de São Francisco de Paula, se tivesse sido finalizada. Entre 1799, com a compra do terreno que sediará a igreja, e 1809, ano em que a capela da igreja estava finalizada, muito se planejava sobre aquela o local.

A sua construção se deu, principalmente, pela falta de estrutura que as outras igrejas do redor forneciam na época – a Igreja Matriz, de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, a de Nossa Senhora do Terço e a do Rosário. Seu idealizador, Manoel Gonçalves Guimarães, era Português e tinha como plano construir uma igreja para o santo que era devoto, São Francisco de Paula. O santo era conhecido por realizar milagres enquanto era vivo e era conhecido por ser invocado pelos que desejam filhos, além de ter uma relação com a chuva.

O local escolhido para a construção era um dos pontos mais altos do Largo, também conhecido na época como Largo do Observatório, e essa localização foi pensada para atrair a atenção dos fiéis. Junto a isso há também a rivalidade entre a Igreja de São Francisco e a Igreja Matriz, que conta com antecedentes históricos importantes. O problema na Matriz se iniciou com a quantidade de taxas que eram cobradas dos fiéis, como taxas de nascimento, confissão, casamento e morte. Essas cobranças acabaram acarretando denúncias à Igreja, além da perda de fiéis ao longo do tempo. Em meados do século XVIII, quando a igreja se encontra em um estado físico lastimável, poucos eram os moradores que queriam ajudar na reconstrução do local, o que fez com que fosse fechada por um tempo, e passou a funcionar em outro espaço. O conflito entre as igrejas não foi apenas político, mas a população também se envolveu, e muito se ouviu em defesa de um ou outro santo.

Depois de construída a capela-mor da Igreja de São Francisco resolveu-se dar continuidade à obra, que segundo as plantas do local era pensada para ser uma grande igreja. Muito se tentou, escravos ficaram encarregados de terminar a construção, mas parece que algo não permitia que isso acontecesse. Mitos e lendas são contados na tentativa de explicar o motivo da não construção da igreja, e um dos mais conhecidos fala que, toda vez que tentavam continuar a obra, chovia de forma absurda. Se eles parassem o sol voltava, e ao

retornar ao trabalho, chuva novamente. Foi a partir de casos assim que a igreja foi sendo abandonada aos poucos.

Em 1915 a Capela foi demolida e a igreja foi transferida para a Rua Desembargador Motta, e o que sobrou no local foram as ruínas que conhecemos hoje. Entretanto, as pedras que constam hoje no local não representam toda a construção. Parte dos pedregulhos foram transportados e utilizados na construção de um dos corredores da Igreja Matriz, e o que resta hoje na Praça João Cândido é a memória de uma igreja não construída e um passado interrompido. Um ano após a demolição da Capela foi construído por Cândido de Abreu o Belvedere, projeto criado pelo próprio prefeito que buscava trazer uma arquitetura mais moderna para a cidade. Especula-se que esse tenha sido outro motivo para o embargo da obra: a igreja apresentava uma arquitetura antiga e antiquada, o que já não batia com o sentimento da época.

No ano de 1966 pelo processo nº 14/66 toda a Praça Doutor João Cândido foi tombada como Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná. Grades foram construídas ao redor das Ruínas para evitar depredação do local, mas isso não impediu a entrada de moradores de rua na obra. O proprietário das Ruínas de São Francisco é a Prefeitura de Curitiba, e o tombamento não tirou os tirou propriedade.

O turismo na região do Largo da Ordem é forte, principalmente em seu viés histórico e cultural, isso devido a quantidade de construções e histórias sobre o local. Como Patrimônio Cultural ligado ao Turismo Cultural as ruínas ainda deixam a desejar, já que o atrativo não apresenta uma interpretação que auxilie os turistas e até mesmo moradores mais recentes a conhecer a história do lugar. Além disso, a região da Praça João Cândido é palco de descaso na cidade, onde moradores de rua e desocupados fazem uso da sua extensão como moradia, isso também dificulta o desenvolvimento do turismo na área (BAPTISTA, 2004; BRASIL, 2018).

## **4 RESULTADOS**

O Turismo Cultural têm grande relevância no centro histórico quando este vem à tona. Desde seus primórdios, há uma intensa preocupação com a construção, pelos monumentos que há em seu redor, porém não houve tanta preocupação em manter a cidade preservada, levando a práticas de degradação e má preservação dos ambientes culturais físicos. A

preservação é uma prática muito atual, o ato de preservar rigorosamente começou fortemente para proteger obras físicas e culturais.

No caso da Praça João Cândido, sua construção e as ruínas de uma igreja nunca acabada, foram tombados em 1966, quando começaram a ver a sua importância histórica e cultural para os povos. O turismo cultural aqui pode se mostrar forte para o turista, mas não para o morador. Todo domingo as feiras gastronômicas e artesanais se mostram presente no largo da ordem, o turista leva “*suveniers*” para sua casa, mas o morador, muitas vezes, apenas está presente no local para acompanhar um turista, e acaba não se importando com a cultura e com o que representa a praça. E este será o objetivo: mudar a consciência do morador, para integrar mais ele no ambiente.

Após o incêndio do Belvedere, o Prefeito Rafael Greca, irá ceder este espaço para o SESC no primeiro andar, para portar um café e no segundo andar sediará a Academia Paranaense de Letras, dando outra interpretação para o espaço. Já para as ruínas de São Francisco, a credibilidade vem junto de eventos e utilização, como para shows e manifestações artísticas culturais da arquibancada, quanto para a nova utilização que terá o Belvedere, o passar das pessoas por frente dará uma nova interpretação para os mesmos, pois quem tem sentimento de pertencimento cuidará e zelará pela praça em sua totalidade.

Partindo da interpretação do patrimônio por parte dos frequentadores das Ruínas de São Francisco e arredores, verificam-se os pontos fortes e a melhorar através da vivência, experiência e contato com o local, respaldado de exemplos obtidos durante as entrevistas e pela Associação de Empresários do Centro Histórico de Curitiba.

Inicialmente, vale destacar alguns pontos positivos como sendo a integração entre os empresários da região com a mesma e com os frequentadores. Criada há 5 anos e, atualmente, formada por 25 estabelecimentos, a Associação de Empresários do Centro Histórico de Curitiba visa desenvolver a imagem e a qualidade do Centro Histórico tanto para os empresários quanto para os visitantes. Além de serem responsáveis pela realização de eventos como o ‘Festival de Inverno’, no mês de julho, e o ‘Centro Histórico Divertido’, em outubro, os empresários membros, como Jorge Tonato, proprietário do Bar do Alemão, por exemplo, também mantém contato com órgãos públicos na necessidade de reivindicar melhorias para a região, debatem sobre a demanda local, iluminação e segurança em reuniões que ocorrem semanalmente. Ademais, segundo observação presencial, relatos dos comerciantes e dos empresários, os turistas que chegam ao Largo da Ordem apreciam e gostam do local; porém, essa relação quase não existe por parte dos curitibanos, que ainda ligam o Centro Histórico a um local inseguro e mal frequentado.

Por outro lado, pontos a melhorar, como a segurança e a valorização da região, permanecem presentes em níveis que variam com o passar do tempo. Relatos de furto, tráfico de drogas, andarilhos e batidas policiais foram obtidas durante as entrevistas e conversa com membros da Associação. Os mesmos relatam que esses fatos ainda ocorrem, porém, com menos frequência em relação há alguns anos. No período da noite, durante a semana, não é muito frequente o trânsito de turistas devido à baixa quantidade de pessoas circulando, gerando certa insegurança nos visitantes. Isso se relaciona com o conceito de as pessoas serem os “olhos da rua” em um local onde visitam, ou seja, de forma voluntária ou não, quanto mais gente circulando e ocupando o ambiente urbano, mais ele apresenta proteção (JACOBS, 2000).

Por fim, no que tange a demanda turística, partindo da interpretação do patrimônio até esse ponto, faz-se entender que ela tende a ser instável, pois, além do quesito segurança e mídia interpretativa deficiente – como sinalização –, a pequena sensação de pertencimento em relação às Ruínas pode vir a afetar a visão do turista. Além de disponibilizar fracas informações sobre o patrimônio, a falta de conhecimento sobre a sua história por parte dos autóctones pode reduzir o interesse de visitação, não gera curiosidade e nem interesse em se sentir parte do local. Tais fatos podem interferir negativamente na demanda turística local e, futuramente, levar a uma desvalorização, parcial ou total, das Ruínas de São Francisco como patrimônio histórico de Curitiba.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação deve ser pensada em conjunto com o desenvolvimento turístico para que haja crescimento do turismo cultural, porém sem a degradação do sítio. As mídias interpretativas das Ruínas de São Francisco são, atualmente, deficitárias. Não existe sinalização através de placas, letreiros ou qualquer outro meio que transmita informações sobre a sua essência e história. A antiga placa indicativa existente no local nunca foi reposta pelos órgãos gestores da Praça João Cândido, indicando, também, a falta de interesse por parte da administração municipal.

A gestão, como dito anteriormente, é de propriedade da Prefeitura de Curitiba, uma vez que o tombamento não retira a propriedade, neste viés, ela deve ser a mantenedora oficial, operando através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba por meio do Departamento de Parques e Praças, esta, por sua vez, afirmou que não tem relação com as

Ruínas, atribuindo como o proprietário a Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC-SEEC). O que gera grandes incertezas, pois ninguém assume aquele patrimônio como sendo sua propriedade. A CPC-SEEC apenas faz cumprir a lei para preservar o bem como Patrimônio Cultural, através da fiscalização com ações pontuais no complexo tombado (Praça, Belvedere e Ruínas), porém afirma que possuem boa comunicação com a Prefeitura, sempre com repasse de informações de ambos os lados. Ainda sobre a gestão, Dias (2009), nos mostra que para o desenvolvimento integral do território, em todas as suas dimensões - econômica, cultural, social e ambiental -, torna-se assim, o objetivo estratégico da gestão municipal, independente da renovação política periódica de seus dirigentes.

A partir disso, propõem-se a criação de meios e técnicas de interpretação para o local, conectando o visitante com a história e memória do local. A criação de painéis, instalados em áreas estratégicas pontuais, leva àquele que visita o ambiente uma percepção diferente do espaço urbano. Para também que seja efetivo, deve haver a mescla entre o tradicional e o digital, de forma aliada para que se atinja o maior público possível.

Cumprе ressaltar que analisar a situação das Ruínas de São Francisco envolve fatores sociológicos que divergem da esfera patrimonial e cultural. A localização e o entorno enfrentam situações que prejudicam a imagem e segurança do patrimônio em estudo e que não podem ser ignoradas, como os moradores de rua e demais indivíduos que ali habitam e frequentam. Essa população marginal não pode ser tratada como problema pois ali estão por diversos motivos e acabam por trazer uma faceta de insegurança ao local, espantando os potenciais visitantes, sejam locais ou turistas. Esse aspecto gera estudos sociológicos em potencial.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A Emergência do Patrimônio Genético e a Nova Configuração do Campo do Patrimônio. **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos**. Regina Abreu, Mário Chagas (orgs). 2 ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BAPTISTA, Vera Regina Biscaia Vianna. **Ruínas de São Francisco: Dois Séculos de História e Mito**. Curitiba: Editora Mikito, 2004.

BRASIL, Aimoré Índio do. **Entrevista sobre as Ruínas de São Francisco**. Curitiba, 2018.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **A dinâmica cultural do patrimônio e suas interfaces sociais**. 2015.

CAMARGO, Haroldo L. Patrimônio e turismo, uma longa relação: história, discurso e práticas. **Patrimônio: Lazer e Turismo**, Santos (SP), v. 2, n. Maio, 2005.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: SENAC, 2009.

JACOBS, Jane. Morte e vida nas grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

TILDEN, Freeman. **Interpreting our Heritage**. 3ª ed. Chapter Hill: University of North Carolina, 1977.